

Centralidade e o dinamismo socioeconômico da mesorregião diferenciada Bico do Papagaio

Centrality and the socioeconomic dynamism of the differentiated mesoregion of the Bico do Papagaio

Uelson Serra Garcia *, Jandir Ferrera de Lima **

* Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/ Campus de Toledo), e-mail: uelsongarcia@gmail.com

** Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/ Campus de Toledo), e-mail: jandir.lima@unioeste.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v56i0.85747>

Resumo

Esse artigo teve como objetivo analisar a centralidade e o desenvolvimento socioeconômico da Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio. O procedimento metodológico foi a estimativa do Indicador de Centralidade e o Indicador de Disparidade Socioeconômica. Para a estimativa desses indicadores foram utilizados dados de Produto Interno Bruto, população e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), de 2005 a 2016. Os principais resultados apontaram que a dinâmica do desenvolvimento municipal nem sempre é acompanhada do crescimento econômico, haja vista os municípios distinguirem-se quanto aos indicadores conforme a participação do PIB e do IFDM. Porém, a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico é sustentada pela geração de emprego e renda. Isso significa que para os municípios mais desenvolvidos manterem seus indicadores de desenvolvimento socioeconômico, o crescimento do PIB acima das taxas de crescimento da população será necessário para garantir expansão da produção e, conseqüentemente, a arrecadação de impostos necessária para manter os investimentos com saúde e educação.

Palavras-chave:

Desenvolvimento regional, Análise regional, Economia regional, Desenvolvimento municipal, Economia brasileira.

Abstract

This paper aimed to analyze the centrality and socioeconomic development of the Bico do Papagaio region in the north of Brazil. The methodological procedure was the estimation of the Centrality Indicator and the Socioeconomic Disparity Indicator. To estimate these indicators, data on Gross Domestic Product, population and the Firjan Municipal Development Index (IFDM) from 2005 to 2016 were used. The main results showed that the dynamics of municipal development is not always accompanied by economic growth, given that municipalities differ in terms of indicators according to their share of GDP and IFDM. However, the dynamics of socioeconomic development is sustained by the generation of employment and income. This means that for the most developed

municipalities to maintain their socioeconomic development indicators, GDP growth above population growth rates will be necessary to ensure production expansion and, consequently, the tax collection necessary to maintain investments in health and education.

Keywords:

Regional development, Regional analysis, Regional economy, Municipal development, Brazilian economy

I. INTRODUÇÃO

O Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO) foi uma ação para o estabelecimento de um desenvolvimento mais equânime entre as regiões brasileiras, que surgiu da retomada do planejamento regional frente à estabilização da economia brasileira no final do século XX. O PROMESO firmou-se como um elemento operacional essencial da primeira Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), promulgada em 2007 (CARGNIN, 2014; ROCHA NETO; BORGES, 2016).

Para a execução do PROMESO foram selecionadas treze mesorregiões nomeadas Diferenciadas, que tinham em comum baixos índices de desenvolvimento e crescimento econômico e eram contíguas entre estados federados ou países. A sistematização das Mesorregiões Diferenciadas ocorreu e colocada em execução por meio da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional (MIN), atual Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), aderindo a uma concepção transversal para a construção de agendas de ações nas regiões e reforçando o combate às desigualdades regionais. Nessa perspectiva, as Mesorregiões Diferenciadas foram caracterizadas como locais subnacionais, adjacentes entre dois ou mais estados federados, com aspectos semelhantes relacionados a fatores sociais, econômicos e históricos, além de crescimento econômico estacionário ou deprimido (ROCHA NETO; BORGES, 2016; FERRERA DE LIMA, 2020b).

O PROMESO também foi um ensaio e suporte à criação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída oficialmente pelo decreto nº 6.047 de 22 de fevereiro de 2007 e reestruturada em 2019, com o objetivo de atacar e reduzir as desigualdades regionais e promover a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, além de orientar os programas e ações federais no Território Nacional. A criação do PROMESO e da governança da PNDR favoreceu a maior participação dos atores locais na elaboração de estratégias de desenvolvimento territorial, estabelecendo um novo marco na formulação das políticas de desenvolvimento e crescimento econômico regional (FERRERA DE LIMA, 2020b).

Diante da necessidade de compreender o processo da dinâmica socioeconômica dos espaços geográficos caracterizados como Mesorregiões Diferenciadas, o objetivo desse texto é analisar a centralidade e o desenvolvimento socioeconômico da Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio¹, no qual compõe umas das treze Mesorregiões Diferenciadas, elencadas no PROMESO. Cabe salientar que a Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio está entre os espaços subnacionais de menor dinamismo no território brasileiro. Além de compor uma área de interesse nacional por integrar o bioma amazônico e fazer parte da expansão da fronteira agrícola no Norte do Brasil. Oliveira e Strassburg (2014) e Santos (2019) salientam ainda a mescla de relações de poder, que envolvem sindicalistas, mineradores, produtores rurais, extrativistas e a fragilidade dos indicadores econômico e sociais da área do Bico do Papagaio e a carência de estudos socioeconômico que apontem as tendências de crescimento e desenvolvimento econômico da região.

Frente ao exposto, esse estudo fornecerá informações para a tomada de decisões e na elaboração de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da Mesorregião, composta por municípios pertencentes aos estados do Maranhão, Pará e Tocantins, com características similares quanto ao processo de desenvolvimento regional e necessitam da atenção do Estado nacional e estadual frente a seus baixos indicadores de desenvolvimento socioeconômico.

A centralidade e o dinamismo regional

O Estado brasileiro tem como um dos seus objetivos, expostos na Constituição Federal de 1988, a redução das desigualdades regionais. Assim, a fim de minimizar as disparidades regionais no Brasil, se institucionalizaram políticas de desenvolvimento focalizadas em regiões específicas. E desde o final do século XX, a discussão sobre o desenvolvimento regional esteve centrado em dois prismas: promover o desenvolvimento regional por meio da mitigação das desigualdades regionais; e, promover a diversidade regional como um potencial para o desenvolvimento de regiões (ETGES; DEGRANDI, 2013; CAVALCANTE, 2018; JOYAL, 2019).

De fato, estimular o processo de desenvolvimento regional demanda ações e certa atribuição por parte do Estado, por meio da intervenção organizacional no território e na regulação dos impactos negativos da polarização e da atratividade das regiões economicamente mais dinâmicas, bem como a fomentação do crescimento econômico e do desenvolvimento nas regiões mais atrasadas. É por meio do Estado que as políticas públicas são focalizadas nos seus cidadãos, sendo o principal veículo da dinâmica coletiva em uma sociedade

¹ Essa pesquisa se insere numa série de estudos sobre as Mesorregiões Diferenciadas com o suporte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), por meio do Edital Universal.

democrática e harmônica politicamente. Além disso, o comportamento do Estado interfere nas transformações das estruturas econômicas e influencia nas tomadas de decisões empresariais e políticas (LIMA, 2006; SILVA; FERRERA DE LIMA, 2014; OLIVEIRA, 2017). Ademais, o Estado tem competência para redistribuir funções e modificar a essência dos lugares por meio de novos processos, quer seja pela criação, definição e localização de atividades e instituições, ocasionando novas transformações territoriais (MORAIS; MACEDO, 2014). No entanto, sem considerar as questões sociais do país, o desenvolvimento sempre foi tratado como sinônimo de crescimento econômico, o que influenciou na forma de atuação e ação do Estado e suas políticas públicas (HENTZ; MEDEIROS HESPANHOL, 2020). A consequência desse processo foi a influência na localização das atividades produtivas ou no reforço do adensamento da localização das atividades em lugares já adensados. Ou seja, a organização do espaço advém de uma hierarquia de lugares que é fomentada pelas atividades produtivas.

A hierarquia dos lugares e as áreas de mercado foram o foco da Teoria do Lugar Central de Walter Christaller, na primeira metade do século XX. Essa teorização aponta que a hierarquia dos lugares se dá em função da categoria e “dimensão” dos bens e serviços oferecidos, sendo considerada como uma teoria da localização do comércio e das organizações urbanas (CHRISTALLER, 1966; COLLA; BARBIERI; AMARAL; 2020). A sustentação da teoria de Christaller está na ideia das áreas de mercado e sua influência para hierarquizar as relações funcionais entre centros de diferentes *rangs* (CHRISTALLER, 1966).

Os estudos de Christaller (1966) foram retomados por Valbuena (2013) para verificar as questões microeconômicas do desenvolvimento econômico e, em especial, aquelas que tangem a organização espacial das empresas. King (2020) também usou os estudos a ideia de lugar central para analisar a interdependência funcional entre o setor urbano e a área rural, na qual o setor urbano reflete o processo de crescimento e desenvolvimento das aglomerações (KING, 2020).

Nesse sentido, a dinâmica do sistema de produção está relacionada ao conjunto de transformações de característica econômica do espaço econômico, tendo na esfera urbana tanto o centro de produção quanto das tomadas de decisões administrativas e econômicas em âmbito regional. As transformações do espaço urbano são o reflexo das transformações do entorno. Então, fortalecer a centralidade significa ampliar a atratividade da aglomeração, tanto para a população quanto para a localização das atividades produtivas (FERRERA DE LIMA, 2016; COLLA; BARBIERI; AMARAL; 2020). No caso, as políticas públicas para o desenvolvimento regional têm que ter um “olhar” para a localização, a polarização e a centralidade urbana para obter elementos que explicam as desigualdades regionais.

No Brasil, o processo de superação das desigualdades regionais sempre foi observado pelos atores responsáveis da elaboração de políticas públicas como um processo de fomento a industrialização, como sendo a única maneira de solucionar a situação de subdesenvolvimento e pobreza existente nas regiões. No entanto, no caso do centro-Norte brasileiro, uma das características do modelo de desenvolvimento introduzido pelo Estado na década de 1970 firmou-se no uso e na extração continuada de recursos naturais, precarizando de certo modo as condições de vida da população nativa e estimulando conflitos entre grupos de poder. Ou seja, mesmo buscando alternativas para contornar os efeitos negativos das desigualdades regionais predominantes no país, o Estado brasileiro tem sofrido por parte de grupos de poder considerável interferência na construção das agendas que lidam com elaboração de políticas públicas regionalizadas e focadas no território (ETGES; DEGRANDI, 2013; ROCHA NETO; BORGES, 2016; OLIVEIRA, 2017).

No caso do Centro Norte Brasileiro, o Estado brasileiro sempre foi e será importante na dinâmica econômica das regiões, em função dos investimentos para o crescimento dos núcleos urbanos e na construção de um ambiente institucional favorável à entrada de capital externo. Porém, pouco se observou sobre a dinâmica da centralidade dos lugares em áreas periféricas do Norte do Brasil (OLIVEIRA; STRASSBURG, 2014; OLIVEIRA, 2017).

Com a disponibilidade de fundos setoriais específicos e a transferência de recursos federais por emendas parlamentares ou políticas específicas de desenvolvimento, bem como a política diferenciada de juros para o financiamento de determinados projetos, se percebe que as regiões Norte e Nordeste concentram os maiores custos com políticas de desenvolvimento regional, sendo o Norte o principal absorvedor dos recursos, com 55%. Mesmo com essas políticas o Brasil ainda se encontra entre os 15 países mais desiguais do mundo (ALVES; ROCHA NETO, 2014; CAVALCANTE, 2018).

Diante desse cenário observa-se a carência de ações mais eficazes no sentido de modificar a realidade de regiões menos favorecidas no processo de desenvolvimento, mas focada na articulação das organizações públicas com as experiências dos atores locais, além da centralização das decisões. A construção social e econômica de uma região passa pela potencialização da sua capacidade de auto-organização, modificando-a de uma sociedade inerte e indiferente à sua identidade territorial, em outra estruturada e ciente da sua função como agente do próprio desenvolvimento (BEUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2004; ETGES. DEGRANDI, 2013; JOYAL, 2019).

As transformações ocorridas no modelo de desenvolvimento econômico capitalista, principalmente por meio das modificações estruturais estabelecidas pela tecnologia e pela informação, cobraram não somente uma

readequação nos métodos de produção, mas também quanto ao papel do Estado e das organizações locais. Porém, em boa parte das regiões deprimidas o modelo da relação entre o Estado e as organizações locais não impulsiona a criação de projetos que priorizem as potencialidades locais (BEUSCHI FILHO; ABRAMOVAY 2004; WILLERS, 2016).

Atualmente, a ação mais efetiva do Estado como promotor do desenvolvimento regional tem sido abalada frente ao quadro fiscal fragilizado e a escolhas políticas, o que diminui a capacidade de realizar investimentos. Até porque uma parcela das intervenções e estímulos à exploração econômica das regiões brasileiras vieram por meio da concessão de incentivos fiscais e financeiros e a criação e fundos estatais de desenvolvimento que, via de regra, visaram em regiões de menor dinamicidade influenciar as decisões locais das empresas e a fomentar economias de aglomeração (LIMA, 2006; CAVALCANTE, 2018).

Sendo assim, o Estado tem papel fundamental no processo de desenvolvimento de uma região, principalmente na promoção de um ambiente institucional para que as organizações locais possam atuar em prol da economia regional. Em especial, auxiliando as regiões a fazerem a transição de economias atrasadas para economias mais avançadas (LIMA, 2016). Isso implica em fortalecer a centralidade dos municípios e ampliar a convergência dos indicadores de desenvolvimento das áreas mais pobres com as áreas mais ricas.

II. MATERIAIS E MÉTODOS

Nesta seção será apresentada a base de dados usada no estudo da Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio, os indicadores utilizados (Centralidade e Disparidade Regional) e a classificação dos municípios sobre os seus respectivos estágios de crescimento e desenvolvimento socioeconômico. Para isso, utilizou-se o Índice de Centralidade e o Indicador de Disparidade Regional, além da classificação dos municípios que compõem a Mesorregião em função do seu estágio de crescimento e desenvolvimento econômico.

Área de estudo

A Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio é composta por 66 municípios distribuídos em três estados federais: Pará, Tocantins e Maranhão. As maiores participações quanto ao número de municípios ficam nos estados do Pará e Tocantins, ambos com 25, e o Maranhão logo em seguida com 16 municípios (BRASIL, 2010b).

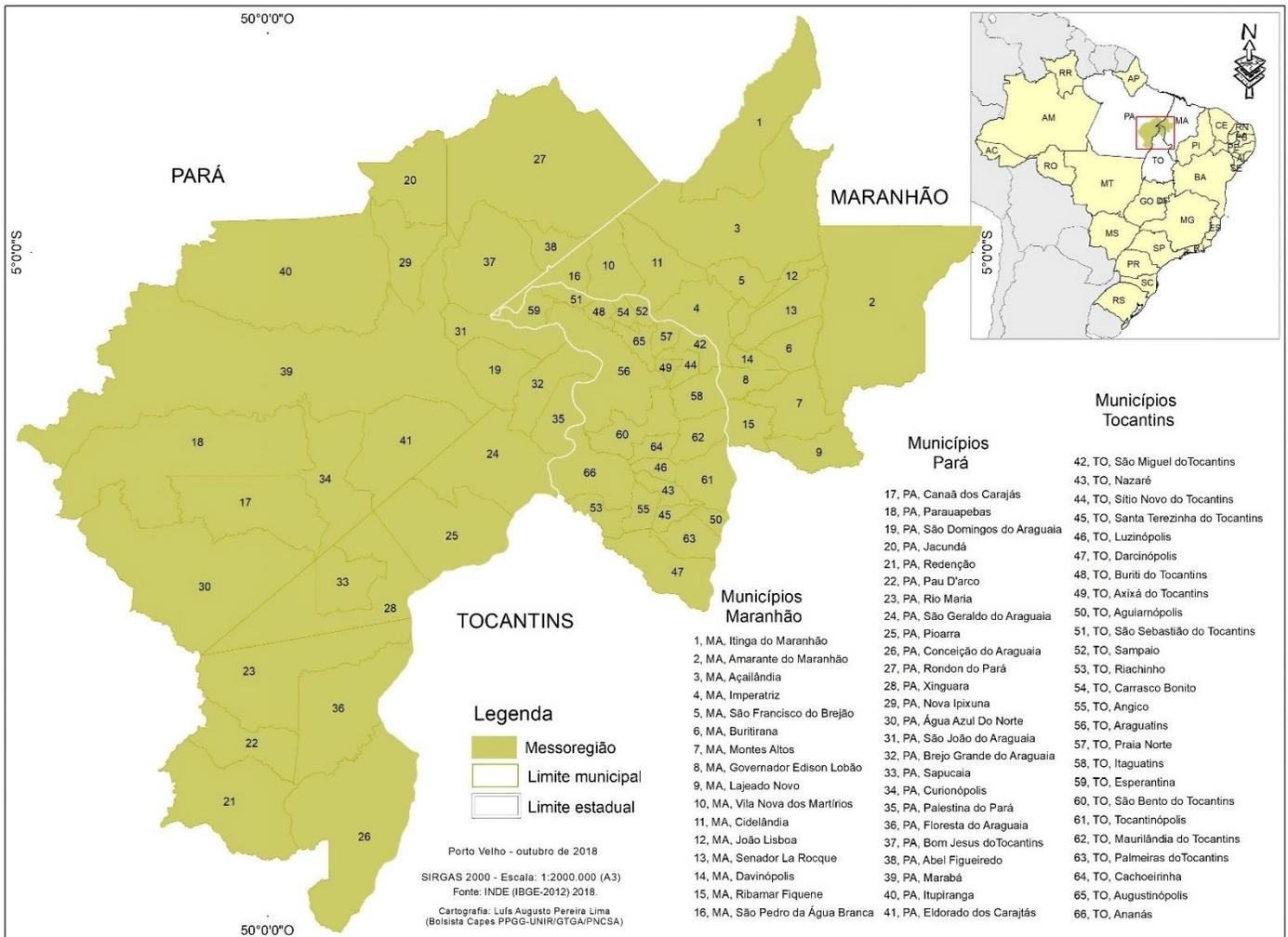


Figura 1 – Messorregião Diferenciada Bico do Papagaio - 2019.
 Fonte: Santos, 2019.

Para melhor visualização dos resultados, optou-se por exibir a fonte dos dados e os procedimentos separadamente conforme a dinâmica: econômica, populacional, socioeconômica, Indicador de Centralidade e Indicador de Disparidade Regional. Na sequência serão detalhados os procedimentos com relação a base de dados e a estimativa dos indicadores.

Fonte dos dados utilizadas para a construção dos índices e indicadores

O estudo da dinâmica do crescimento econômico dos municípios que compõem a Messorregião Diferenciada Bico do Papagaio foi realizado por meio da base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) focada nos dados de população e Produto Interno Bruto (PIB), utilizando a série retropolada ²

² O objetivo da retropolação é regular ao novo ano de referência dos valores das séries antigas, fazendo com que no decorrer do tempo as séries apresentem valores semelhantes (IBGE, 2016).

(metodologia atualizada pelo IBGE em 2010) do período de 2005 a 2016. A escolha do período atribuiu-se à disponibilidade dos dados, além de que foi um período de forte crescimento econômico no Brasil. Logo após, realizou-se a coleta dos dados de PIB para os 66 municípios que compõem a Mesorregião (IBGE, 2020a). A escolha de população e PIB permitiu estimar o PIB *per capita* e inferir sobre o perfil da produtividade nos municípios.

Para extrair o efeito da inflação do PIB, os dados foram deflacionados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), mantendo todos com os preços no ano base de 2005. O PIB setorial a preços correntes exclui qualquer imposto e custo de transporte faturado separadamente e inclui qualquer subsídio sobre o produto (IBGE, 2020a; IBGE, 2020b).

A estimativa realizada consistiu na participação do PIB de cada município em relação ao PIB total da Mesorregião. Além disso, também foram estimadas as variações do valor absoluto deflacionado do PIB de cada ano e uma variação média do período. Esse procedimento foi realizado para o PIB total e para o PIB desagregado por setores econômicos (primário, secundário e terciário), quais sejam: setor primário: agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e agricultura; setor secundário: setor industrial; e, setor terciário: compreende as atividades associadas ao comércio e a prestação de serviços. (IBGE, 2020a; IBGE, 2020b; SEBRAE, 2010).

No caso da população residente, os dados da Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio foram obtidos por meio da base de dados do IBGE e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para o ano de 2005 a 2006 e 2008 a 2009 e 2011 a 2016 pelas estimativas de população; e para os anos de 2007 e 2010 pela população residente (IBGE, 2020; IPEADATA, 2019). A definição do período se deu em função da disponibilidade de dados para todos os indicadores.

Para as análises também se estimaram as taxas médias de crescimento anual da população. Assim como a determinação da proporção da participação da população de cada município em relação à população total da Mesorregião. Sendo assim, a dinâmica populacional compreendeu a análise da população dos municípios que compõem a mesorregião estudada, com o objetivo de examinar a evolução populacional no período, mediante a demonstração de tabelas, gráficos e dados mais significativos.

Em síntese, esses dados foram a base da estimativa do Indicador de Centralidade e da dinâmica do crescimento econômico da Mesorregião Bico do Papagaio.

Índice de Centralidade

Com os dados de PIB e população, se estimou o Índice de Centralidade utilizou-se a população de cada município da Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio ponderado pelo PIB urbano (setores secundário e

terciário) no período de 2005 a 2016. Salienta-se que a utilização desses setores foi em função de apresentarem maior dinâmica econômica e se alinharem com a Teoria da Centralidade de Christaller, na qual os setores urbanos são a chave da atratividade e da hierarquia dos lugares. O Índice de Centralidade mostra a concentração e atratividade da atividade econômica urbana nos municípios analisados. A equação (1), usada para estimar o Índice de Centralidade proposto por Christaller (1966) foi usada a adaptação dos estudos de Strassburg et al (2014), Mantovani et al (2020), Ferrera de Lima e Bidarra (2019) :

$$C_{mun_Bico\ do\ papagaio} = \left(\frac{PIB_{Urb_mun}}{POP_{mun}} \right) \times \left(\frac{PIB_{tot_mun}}{POP_{Bico\ do\ Papagaio/Brasil}} \right) \quad (1)$$

$C_{mun_Bico\ do\ papagaio}$ = Índice de Centralidade em relação a população da mesorregião diferenciada Bico do Papagaio; PIB_{Urb_mun} = PIB urbano (setor secundário e terciário) do município; PIB_{tot_mun} = PIB total do município; POP_{mun} = População do município e $POP_{Bico\ do\ Papagaio/Brasil}$ = População da Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio ou do Brasil.

O Índice de Centralidade tem sua análise baseado nos seguintes graus de centralidade: baixo, quando o Índice se situa na faixa de 0 até 1,99; mediano na faixa de 2,0 a 4,99; e alto com faixa de valores acima de 5,00. Assim, quanto mais próximo o Índice estiver de 0, menor é a concentração dos setores secundário e terciário no município, e quanto mais próximo de 1 for o indicador, maior é a concentração dos setores secundário e terciário no município refletindo uma maior hierarquia do município no espaço regional (FERRERA DE LIMA; BIDARRA, 2019; MANTOVANI et al, 2020).

Apoiado no Índice de Centralidade classificou-se os 10 municípios com os maiores resultados na Mesorregião Diferenciado Bico do Papagaio para proceder com as análises. A análise dos resultados ocorreu a partir do ranking dos 10 municípios com maiores Índice de Centralidade, o que possibilitou visualizar a participação e os deslocamentos do PIB dos municípios em relação ao PIB da Mesorregião Diferenciada do Bico do Papagaio.

Indicador de disparidade

Para o estudo da dinâmica e disparidade do desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio utilizou-se o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) como variável de análise, que está disponível no *site* da Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). Foram coletados os índices gerais e o desagregado nas dimensões educação, saúde e emprego & renda

referente ao período de 2005 a 2016. O IFDM é construído a partir de dados publicados em estatísticas públicas oficiais, sendo disposto pelo atual Ministério da Economia, da Educação e da Saúde (FIRJAN, 2020).

O IFDM teve o propósito de melhor avaliar o desempenho de cada município verificando o alcance do desenvolvimento econômico. O IFDM, utilizado como medida de desenvolvimento, é um indicador que está à frente da perspectiva tratada no passado recente pela literatura econômica (MEDEIROS; SOUSA; ANDRE, 2018; FERRERA DE LIMA, 2020a; MANTOVANI et al, 2020; SILVA; FERRERA DE LIMA, 2021; RIBEIRO; FERRERA DE LIMA, 2022).

O IFDM é estimado por meio de três dimensões (saúde, educação, emprego e renda). Os resultados variam em uma escala de 0 a 1. Quando o município estiver mais próximo de 1 significa que ele apresenta um desenvolvimento elevado, e quanto mais próximo de 0, significa que os indicadores exibem um desenvolvimento baixo. Os municípios são classificados da seguinte forma: resultados abaixo de 0,4 ponto, classifica-se como desenvolvimento baixo; resultado entre 0,4 e 0,6 ponto seria o desenvolvimento regular; resultados entre 0,6 e 0,8 ponto seria desenvolvimento moderado; resultados acima de 0,8 ponto é o melhor nível, ou seja, desenvolvimento alto (FIRJAN, 2020).

A dimensão educacional é estimada a partir de dados como: atendimento à educação infantil; abandono no ensino fundamental; distorção idade-série no ensino fundamental; docentes com ensino superior no ensino fundamental; média de horas-aula diárias no ensino fundamental; e, resultado do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) no ensino fundamental (FIRJAN, 2018).

O centro do IFDM da saúde é na atenção básica, com dados sobre: proporção de atendimento adequado de pré-natal; óbitos por causas mal definidas; óbitos infantis por causas evitáveis; e, internação sensível à atenção básica (ISAB) (FIRJAN, 2018). Por outro lado, a dimensão emprego & renda, tem os seguintes dados: geração de emprego formal; taxa de formalização do mercado de trabalho; geração de renda; massa salarial real no mercado de trabalho formal; e, Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal (FIRJAN, 2018).

Frente ao exposto, para o estudo das disparidades regionais do desenvolvimento socioeconômico dos municípios com os maiores Índices de Centralidade da Mesorregião do Bico do Papagaio, utilizou-se como variável os resultados do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) para a estimativa do Indicador de Disparidade Regional (ID). O Indicador de Disparidade Regional (ID) tem por finalidade mensurar a convergência da renda dos municípios da Mesorregião, ou seja, se o município com menor IFDM está se aproximando em termo de nível de desenvolvimento socioeconômico do município mais desenvolvido. Se de um lado a

Centralidade observa a riqueza e o crescimento econômico em termos de PIB, o ID fornecerá um quadro em termos de desenvolvimento socioeconômico.

Com os dados do IFDM procedeu-se a estimativa do indicador de disparidade (ID), no sentido interregional e intrarregional conforme a equação (2) apresentada por Houard e Marfouk (2000) e adaptado por Raiher *et al* (2017, p.230) e Mantovani *et al* (2020).

$$ID = (X_i - X_{min\ j}) \div (X_{max\ j} - X_{min\ j}) \quad (2)$$

Em que: X é a variável (PIB *per capita* ou IFDM geral) do município i , a ser estudado na Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio; X_{min} é a menor variável (PIB *per capita* ou IFDM geral) observada na Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio j e Max é a maior variável (PIB *per capita* ou IFDM geral) observada na Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio j , na equação (2) X_{min} é o menor valor observado no Brasil j , assim como Max o maior valor. A classificação do Indicador de Disparidade está organizada em três faixas, quais sejam: convergente ao mais dinâmico, para valores acima de 0,30; tendendo a convergência, para valores na faixa de 0,19 a 0,29; e divergente do mais dinâmico ou estagnado para valores iguais ou abaixo de 0,18.

Por meio das análises tanto intrarregionais quanto interregionais, utilizando os índices de centralidade e de disparidade, a fim de analisar o desenvolvimento socioeconômico da Mesorregião Bico do Papagaio, dados são apresentados nas seções seguintes.

III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dinâmica econômica dos municípios da Mesorregião Bico do Papagaio

Em 2016, o IPEADATA (2019) e o IBGE (2020b) apontaram que a Mesorregião Diferenciada do Bico do Papagaio apresentou o PIB total de R\$ 47.409.659,58 e uma população estimada de 1.885.098,00 de habitantes, respectivamente. O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) médio foi de 0,582. O IFDM posicionou a Mesorregião Diferenciada do Bico do Papagaio no seu conjunto como desenvolvimento regular, o que reforçou a percepção de Oliveira e Strassburg (2014) sobre a fragilidade social da área e suas desigualdades regionais. Porém, o conjunto da Mesorregião não refletiu certas particularidades do seu crescimento e desenvolvimento socioeconômico, pois a concentração regional em termos de PIB aumentou e o desempenho do IFDM foi diferenciado entre os municípios. No ano de 2005, os municípios Parauapebas (PA), Marabá (PA), Imperatriz (MA), Canaã dos Carajás (PA), Davinópolis (MA), Açailândia (MA), Redenção (PA), Xinguara (PA), Curionópolis (PA) e Rio Maria (PA) detinham 75,32% do PIB total da Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio. Em 2016, o

montante de participação dos municípios citados aumentou para 79,95%. Ao longo do tempo, a concentração de riqueza apresentou o acréscimo médio de 4,63% ao ano.

Acerca dos municípios que apresentaram maiores participações em relação ao PIB, destacou-se Parauapebas (PA), que em 2005 detinha 21,81%, do total regional aumentando para 28,02%, em 2016. Tornou-se importante destacar a permanência dos três primeiros colocados (Parauapebas (PA), Marabá (PA) e Imperatriz (MA)) ao longo do período de 2005 a 2016. Mesmo assim, ocorreram algumas alterações no *ranking* de participação no PIB regional, como a passagem de 5º para 4º colocação do município de Canaã dos Carajás (PA) e a perda de participação de Açailândia (MA) de 9,35% (4º) para 4,44% (5º). Porém, dois municípios mostraram as maiores evoluções no *ranking* de participação do PIB regional no período analisado, sendo eles: Davinópolis (MA), ascendendo de 40º para 8º posição, e Curionópolis (PA), saindo da 25ª posição para a 9ª posição. Esses dados são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. *Ranking* e Participação do PIB Total de 10 municípios selecionados da Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio - 2005 e 2016.

Estado	Município	2005 (%)	Ranking	2016 (%)	Ranking
PA	Parauapebas	21,81	1º	28,02	1º
PA	Marabá	16,33	2º	16,59	2º
MA	Imperatriz	14,38	3º	15,46	3º
PA	Canaã dos Carajás	5,12	5º	5,31	4º
MA	Açailândia	9,35	4º	4,44	5º
PA	Redenção	4,00	6º	3,65	6º
PA	Xinguara	2,56	7º	2,68	7º
MA	Davinópolis	0,24	40º	1,59	8º
PA	Curionópolis	0,48	25º	1,31	9º
PA	Rio Maria	1,05	13º	0,90	10º

Fonte: Resultados da pesquisa com base em dados do IBGE (2020).

Quando observado a evolução de alguns municípios da Mesorregião quanto à participação do PIB, destacaram-se Canaã do Carajás (PA), que tem a indústria como o principal fator de geração de divisas, principalmente pelas indústrias extrativas minerais. Segundo a Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás (2016), a implantação e o início da operação da mina de cobre do Sossego a partir de 2000, provocou inúmeras alterações no município, desde o crescimento econômico, além de uma expansão populacional. É de se apontar que as transformações oriundas do processo de urbanização e industrialização, provocou alterações na localização de pessoas e de determinadas atividades (COLLA; BARBIERI; AMARAL; 2020).

Quanto ao município de Parauapebas, este faz parte do Complexo Grande Carajás, tendo a mineração como principal atividade econômica, com a extração de minérios, tais como: o manganês, minério de ferro e o cobre (COELHO, 2015). Já os municípios de Curionópolis (PA), Eldorado dos Carajás (PA), Canaã dos Carajás (PA), Água Azul do Norte (PA) e Parauapebas (PA) originaram-se do município de Marabá (PA), no qual sofreram grandes alterações geoeconômicas devido a criação de novos núcleos urbanos alicerçados na produção mineral e integrados ao corredor de escoamento da Companhia Vale (TRINDADE, 2011).

No Maranhão, destacam-se os municípios pertencentes à microrregião de Imperatriz (MA), localizada na porção Oeste do Maranhão ou região Tocantina do Maranhão. Em Davinópolis (MA), a atividade da silvicultura tem grande importância econômica, sendo que no período de 2008 a 2018, houve maior crescimento das áreas destinadas ao cultivo do eucalipto (OLIVEIRA; SANTOS; PEREIRA, 2020). Essa dinâmica produtiva explica a ascensão do município quanto a sua participação no PIB da Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio, assim como os municípios de Açailândia (MA) e Imperatriz (MA), que devido a implantação da empresa Suzano Papel e Celulose em 2008 tiveram suas economias impactadas, gerando crescimento econômico para a região que tem forte participação na produção de celulose no Estado.

A situação de Davinópolis (MA) e municípios que sofrem os efeitos econômicos da expansão da produção de celulose e papel, o que amplia o extrativismo vegetal e a silvicultura, além da expansão da agropecuária consorciada com reflorestamento, demonstra que aumentos no PIB e na transferência de impostos não significam melhorias diretas nos indicadores sociais (OLIVEIRA, PEREIRA, NASCIMENTO, 2018).

Algo a ser destacado são os fatores naturais e a intensidade tecnológica nas regiões do agronegócio. A incorporação de novas tecnologias e o uso intensivo de maquinários e agroquímicos dificulta a difusão de novas atividades dentro dos seus limites geográficos, ou seja, de promover produções urbanas, diminuindo a geração de emprego e fortalecendo a concentração de renda no campo (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2020).

O aspecto populacional e a centralidade

Considerando os aspectos populacionais da Mesorregião Diferenciada do Bico do Papagaio, verificou-se no ano de 2005 uma população estimada de 1.599.598,00 de habitantes, passando em 2016 para 1.885.098,00 de habitantes, o que representou uma variação total de 17,85% ao longo do período (IBGE, 2020; IPEADATA, 2019). A taxa média de crescimento anual foi de 1,5% ao ano. A Mesorregião apresentou variações anuais positivas entre os anos de 2005 e 2016. A magnitude nas variações da população e no PIB afeta diretamente a centralidade do município, em relação ao seu entorno.

Os resultados da pesquisa apontaram que no Índice de Centralidade (IC) dentre os 10 municípios que mais se destacaram no ano de 2016, apenas o município de Rio Maria (PA) obteve o IC de 3,56 abaixo de 5,0, sendo categorizado de mediano. Os demais municípios apresentam para o ano de 2016 o IC acima de 5,0, o que os colocaram como alto grau de centralidade, ou seja, a economia urbana mais atrativa da Mesorregião.

Analisando o período de 2005 e 2016, os resultados da pesquisa também apontaram um aumento significativo no grau de atratividade e centralidade dos municípios da Mesorregião, o que reforçou a concentração do crescimento econômico. O destaque ficou com o município de Parauapebas (PA), que ao longo dos anos aumentou consideravelmente o seu dinamismo econômico, figurando como o de maior centralidade. Marabá (PA), além de apresentar uma evolução considerável no seu IC, ganhou posicionamento em relação à Canaã dos Carajás (PA), que caiu de 2º para 4º no *ranking*.

Dois municípios merecem destaque na evolução da sua centralidade, sendo eles: Davinópolis (MA) e Curionópolis (PA). Davinópolis (MA) passou da classificação de baixo para alto grau de centralidade, o que significou uma mudança de 44º para 5º no *ranking*; já Curionópolis (PA), também com baixo grau de centralidade em 2005, ascendeu para alto grau de centralidade em 2016.

Rio Maria (PA) também se encontrava em um baixo grau de centralidade, mas em 2016 houve uma acentuada evolução nos seus índices, evoluindo para um alto grau de centralidade. Rio Maria (PA) tem a sua economia baseada na pecuária de corte e na mineração, tornando o comércio local dinâmico favorecendo a geração de empregos (PREFEITURA DE RIO MARIA, 2020).

Inserida na Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio está o chamado MATOPIBA, área que integra porções do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e apresentam alto índice de crescimento econômico capitaneado pela produção agrícola de *commodities*. Os resultados apresentados nessa análise reforçaram também resultados encontrados por Ribeiro e Ferrera de Lima (2022) especificamente para o recorte do Matopiba, demonstrando a convergência em termos de análise. Ou seja, tanto o recorte da Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio quanto do Matopiba tem dificuldades em converter desempenho econômico em indicadores de desenvolvimento socioeconômico. As disparidades no que tange as melhorias nas condições de vida serão apresentados na sequência, com os resultados do Indicador de Disparidade.

Indicador de Disparidade

O Indicador de Disparidade Regional com base no PIB *per capita*, expressou em seus coeficientes as mais diferentes realidades entre os municípios da Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio. Em 2005, os municípios de Canaã dos Carajás (PA) e Parauapebas (PA), apresentaram os maiores Indicadores de Disparidades

1,0 e 0,6, respectivamente, o que os classificou como de convergente ao mais dinâmico em termos de crescimento econômico. Xinguara (PA) e Rio Maria (PA) apresentaram uma tendência à convergência, enquanto os demais mostraram uma divergência do mais dinâmico.

Quando analisado o ano de 2016, verificou-se um aumento no número de municípios com evolução no Indicador de Disparidade, sendo que em 2016 nenhum município apresentou Indicador de Disparidade abaixo de 0,18, indicando que houve um crescimento da disparidade entre os municípios da Mesorregião Diferenciada do Bico do Papagaio em relação ao PIB *per capita*. Isso significa que houve uma maior heterogeneidade em relação à produtividade do PIB em relação aos dos municípios, ou seja, um maior o aumento da desigualdade em termos de dinâmica de crescimento econômico. As atividades mineradoras têm alto impacto na magnitude do PIB, mas baixo impacto em termos de distribuição da renda e da produtividade.

Os municípios de Canaã dos Carajás (PA) e Parauapebas (PA), ao longo do tempo permaneceram em primeiro e segundo, respectivamente, em relação ao *ranking* de disparidade da Mesorregião, e observa-se que Parauapebas (PA) teve uma variação absoluta de 52% no seu indicador de disparidade entre 2005 a 2016. Porém, Davinópolis (MA) e Curionópolis (PA) tiveram maior crescimento do Indicador de Disparidade Regional em termos de crescimento econômico no período (Tabela 2).

Tabela 2. Brasil: Indicador de Disparidade do PIB dos 10 municípios selecionados com maiores indicadores da Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio – 2005 e 2016.

Estado	Município	Índice de Disparidade – PIB			
		ID (2005)	Ranking	ID (2016)	Ranking
PA	Canaã dos Carajás	1,00	1º	1,00	1º
PA	Parauapebas	0,61	2º	0,93	2º
MA	Davinópolis	0,01	56º	0,81	3º
PA	Curionópolis	0,05	24º	0,44	4º
PA	Marabá	0,18	7º	0,35	5º
MA	Imperatriz	0,13	8º	0,34	6º
PA	Xinguara	0,20	6º	0,33	7º
PA	Rio Maria	0,20	5º	0,27	8º
TO	Aguiarnópolis	0,09	12º	0,24	9º
TO	Darcinópolis	0,06	18º	0,23	10º

Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados do IBGE (2020).

Quanto ao Indicador de Disparidade Regional para a dinâmica socioeconômica, que construído a partir do IFDM geral, observou-se uma modificação no arranjo dos municípios com maiores indicadores, quando comparado com o Indicador de Disparidade Regional baseado no PIB. Pode-se destacar a participação do

município de Imperatriz (MA) como o de maior Indicador de Disparidade entre os dez classificados, tanto em 2005 quanto em 2016, apresentou o coeficiente de 0,96 e 1,0 respectivamente, evidenciando o alto grau de disparidade e distanciamento dos demais. Quando analisado o IFDM do município de Imperatriz (MA), observa-se que o valor agregado foi de 0,641 em 2005, e de 0,740, colocando-o em uma classe de município de desenvolvimento moderado (Tabela 03). Nesse sentido, o ID de Imperatriz (MA) caracterizado como convergente ao mais dinâmico, demonstrou a sua distinção quanto ao desenvolvimento da Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio, juntamente com Parauapebas (PA).

Tabela 3. Indicador de Disparidade (IFDM) dos 10 municípios selecionados com maiores indicadores da Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio – 2005 e 2016.

Estado	Município	Indicador de Disparidade pelo IFDM (2005 e 2016)			
		ID (2005)	Ranking	ID (2016)	Ranking
MA	Imperatriz	0,96	2º	1,00	1º
PA	Parauapebas	1,00	1º	1,00	2º
TO	Aguiarnópolis	0,61	17º	0,87	3º
MA	Davinópolis	0,52	27º	0,87	4º
TO	Ananás	0,90	3º	0,86	5º
PA	Canaã dos Carajás	0,90	3º	0,83	6º
TO	Tocantinópolis	0,68	11º	0,80	7º
PA	Redenção	0,74	7º	0,79	8º
TO	Augustinópolis	0,60	19º	0,77	9º
MA	Cidelândia	0,37	39º	0,74	10º

Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados do FIRJAN (2020).

Outro fato a ser apontando no Indicador de Disparidade Regional nos municípios foi que os seus valores superiores a 0,30, evidenciando a convergência em termos de desenvolvimento socioeconômico. Ou seja, o desenvolvimento socioeconômico continua fragilizado na Mesorregião, mas os municípios tenderam a se homogeneizar demonstrando um reposicionamento dos municípios mais pobres, enquanto os mais “ricos” não conseguiram ampliar seus indicadores sociais na mesma magnitude do seu crescimento econômico.

Ao relacionar o Indicador de Disparidade baseado no PIB *per capita* e o construído em função do IFDM verificou-se que houve uma alteração na constituição dos municípios com maior dinamicidade em função da dinâmica da renda e do desenvolvimento socioeconômico do municipal. Sendo que os municípios de Ananás (TO), Tocantinópolis (TO), Augustinópolis (TO), Cidelândia (MA) e Redenção (PA) só estiveram entre os dez com maiores Indicadores de Disparidade no ID-IFDM. Isso mostra uma dinâmica maior dessas localidades em função

do seu indicador de desenvolvimento. Esses municípios estão conseguindo aliar ganhos no PIB como melhora nos indicadores socioeconômicos, ou seja, um processo de desenvolvimento municipal mais harmônico.

Quando se analisou a composição dos municípios em relação aos estados da Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio, percebeu-se quanto aos resultados do ID-PIB, que o Estado do Pará detém o maior número de municípios entre os dez com os maiores indicadores, quatro no total; e o Maranhão e o Tocantins ambos com dois. Esse aspecto demonstra que o Pará possui os municípios mais desiguais quanto à renda. Já quanto ao ID-IFDM, verificou-se uma mudança nesse cenário, sendo o Tocantins com os quatro municípios com os maiores indicadores, seguindo do Maranhão e Pará com dois cada.

Os resultados reforçaram que a dinâmica do desenvolvimento nos estados nem sempre é acompanhada do crescimento econômico, haja vista os municípios distinguirem-se quanto aos indicadores conforme a participação do PIB e do IFDM. Porém, cabe lembrar que parcela do desenvolvimento socioeconômico é sustentada pelo crescimento econômico ao gerar emprego e renda, que é uma das dimensões do IFDM. Isso significa que para os municípios com maior convergência ao desenvolvimento manterem seus indicadores de desenvolvimento socioeconômico, o crescimento do PIB acima das taxas de crescimento da população será necessário para garantir expansão da produção e, conseqüentemente, a arrecadação de impostos capazes de sustentar as despesas e investimentos com saúde e educação.

Cabe salientar também que na área de análise, Santos (2019) reforça o papel das territorialidades construídas a partir das relações de poder que impuseram um modelo de desenvolvimento socioeconômico. Porém, cabe salientar que a história é uma construção humana e modelos de desenvolvimento podem ser alterados ou mantidos em paralelo com um novo modelo mais inclusivo também associado à dinâmica das comunidades e das relações socioambientais e econômicas.

IV. CONCLUSÕES

O objetivo desse estudo foi analisar a centralidade e o desenvolvimento socioeconômico da Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio. O procedimento metodológico foi a estimativa dos Indicadores de Centralidade e Disparidade a partir de dados do Produto Interno Bruto (PIB), população e do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), no período de 2005 a 2016. Esse período foi escolhido pela disponibilidade de informações e porque foi uma fase de forte crescimento na economia brasileira.

Os principais resultados apontaram que a Mesorregião Diferenciada do Bico do Papagaio possui um desenvolvimento considerado como regular, sendo que em 2005 apenas 10 municípios detinham em torno de

75,32% do PIB da mesorregião, e em 2016 houve maior concentração da riqueza nesses municípios, passando para 79,95%. Os municípios que apresentaram maior concentração e dinamicidade econômica foram: Parauapebas (PA), Marabá (PA), Imperatriz (MA), Canaã dos Carajás (PA), Davinópolis (MA), Açailândia (MA), Redenção (PA), Xinguara (PA), Curionópolis (PA) e Rio Maria (PA). Destaca-se com 21,81%, o município de Parauapebas (PA) com a maior participação do PIB em relação à Mesorregião Diferenciada. Nesse sentido, o Índice de Centralidade aponta para o aumento da concentração do crescimento econômico. Quanto ao aumento populacional, observou-se um incremento positivo de 17,85% no período estudado, passando de 1.599.598,00 para 1.885.098,00 de habitantes.

Já o Indicador de Disparidade mostrou que a Mesorregião apresentou grande desigualdade econômica entre os municípios, com distinções acentuadas quanto à dinâmica do crescimento econômico, principalmente nas regiões com atividades econômicas centradas na extração de minério. Quanto à disparidade de crescimento econômico e de desenvolvimento socioeconômico, os municípios apresentaram características específicas em relação aos indicadores de renda e do IFDM. Esses resultados sugerem que a dinâmica do crescimento econômico não é condição indissociável do desenvolvimento socioeconômico, em vista que, a desigualdade econômica se apresenta de forma mais aguda do que o processo de desenvolvimento dos municípios, logo houve maior convergência ao mais dinâmico em função do IFDM na Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio. Em alguns municípios, a geração de impostos, a geração de emprego e renda na diversificação das atividades produtivas, bem como atividades que fomentem a melhor distribuição da renda se faz necessária, porém, significa ampliar as atividades produtivas para além da dependência no extrativismo mineral ou na agropecuária extensiva.

Os resultados elencados convergiram com estudos realizados sobre a Mesorregião Bico do Papagaio e elencados no texto. Da mesma maneira, se reforçam os apontamentos quanto à necessidade de políticas regionais mais focalizadas em populações em situação de fragilidade social, em atividades produtivas alinhadas com a preservação dos biomas Cerrado e Amazônico e no reforço das micro e pequenas empresas, maiores geradoras de emprego. Mesmo com os resultados e apontamentos apresentados, para futuras pesquisas sugere-se que novos estudos busquem analisar os principais determinantes, tanto econômicos quanto sociais, que condicionam o processo de estagnação socioeconômica dos municípios da Mesorregião Diferenciada Bico do Papagaio.

No contexto teórico, os resultados reforçam a importância dos estudos de Walter Christaller sobre a centralidade e a hierarquia dos lugares. Eles também remetem a novas abordagens, a partir da dimensão inicial

dos índices apresentados por Christaller, mas estimulando novos estudos com tratamentos de dados mais sofisticados. A polarização e a centralidade continuam presentes nas economias regionais capitaneadas pelo urbano, porém suas dimensões e tendências tem se alterado ao longo do tempo. Cabe agora aos novos estudos mapear e interpretar as tendências da centralidade dos lugares.

Agradecimentos

Agradecimentos especiais à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

V. REFERÊNCIAS

- ALVES, A. M.; ROCHA NETO, J. M. A nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR II: entre a perspectiva de inovação e a persistência de desafios. *Revista Política e Planejamento Regional*, v. 1, p. 311-338, 2014.
- BEUSCHI FILHO, L. e ABRAMOVAY, R. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. *Nova Economia*, n. 14, vol. 3, pp.35-70, 2004.
- BRASIL. Portaria nº 954, de 24 de novembro de 2010. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, nº 225, Seção1, p. 28-30, 25 nov. 2010b.
- CARGNIN, A. P. Política nacional de desenvolvimento regional e repercussões no Rio Grande do Sul. *Mercator (Fortaleza)*, v. 13, n. 1, p. 19-35, 2014.
- CAVALCANTE, L. R. Políticas de desenvolvimento regional no Brasil: uma estimativa de custos. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 14, p. 147-171, 2018.
- CHRISTALLER, W. *Central places in Southern Germany*. Englewood Cliffs. New Jersey: Prentice-Hall, 1966.
- COELHO, T. P. Impactos e mineração da Vale SA em Parauapebas. *Caderno de debates* 4, p. 47, 2015.
- COLLA, C.; BARBIERI, A. F.; AMARAL, P. V. O papel do mercado de trabalho na complementaridade entre a migração e a pendularidade na Região Metropolitana de Curitiba entre 2000 e 2010. *Informe GEPEC*, v. 24, p. 97-116, 2020.
- ETGES, V. E.; DEGRANDI, J. O. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, v. 1, p. 85-94, 2013.
- FERRERA DE LIMA, J.; BIDARRA, B. S. Concentração e desigualdade na Região Metropolitana de Curitiba. *urbe*. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 11, 2019.
- FERRERA DE LIMA, J. (org.). *Desenvolvimento Regional Fronteiriço no Brasil*. 1. ed. Toledo: Núcleo de Desenvolvimento Regional NDR, 2020a.
- FERRERA DE LIMA, J. El problema regional brasileno: una evaluacion de la politica nacional de desarrollo regional de Brasil. In: PIZZIO, A.; ALMANZA, A. S.; RODRIGUES, W. *Desarrollo Regional en Perspectivas Comparadas: los casos de Brasil y México*. Brasilia: Verbena Editora, 2020b.
- FERRERA DE LIMA, J. O espaço e a difusão do desenvolvimento econômico regional. In: PIACENTI, C.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. *Economia & Desenvolvimento Regional*. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, 2016. <https://www.ndrunioeste.com.br>

FIRJAN. IFDM 2018 - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. 2018. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/data/files/67/A0/18/D6/CF834610C4FC8246F8A809C2/IFDM_2018.pdf>. Acesso em outubro de 2020.

HOUARD, J.; MARFOUK, A. Portrait socio-économique des régions européennes. In : BEINE, M.; DOCQUIER, F. (org.). Croissance et convergence économiques des régions : théorie, faits et déterminants. Bruxelles: De Boeck Université, 2000, p.19-53.

HENTZ, C.; MEDEIROS HESPANHOL, R. A. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: do caráter seletivo da modernização agrícola à abordagem do desenvolvimento territorial. *Acta Geográfica*, v. 14, n. 34, p. 20-36, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas Populacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 27 set. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>>. Acesso em: 27 set. 2020.

IPEADATA. Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas. Dados população macrorregional. Brasil, 2019. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> Acesso em: 12 set. 2020.

JOYAL, A. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial: uma comparação Québec - Brasil (1960-2010). Informe GEPEC, vol. 23, edição especial, p. 191-209, 2019.

KINK, L. J. Central place theory. Randall Jackson, 2020.

LIMA, A. E. M. A Teoria do Desenvolvimento Regional e o papel do Estado. *Análise Econômica*, v. 24, n. 45, p. 65–90, 2006.

MANTOVANI, G. G.; RUTHS, J. C.; SOUZA, M. P. R.; FERREIRA, R. L. A.; CATTELAN, R.; R.; MATTEI, T. S.; CAMARGO, W. S. A dinâmica do desenvolvimento socioeconômico nos municípios da Faixa de Fronteira Brasileira. In: FERRERA DE LIMA, J. (org.). *Desenvolvimento Regional Fronteiriço no Brasil*. 1. ed. Toledo: Núcleo de Desenvolvimento Regional NDR, 2020.

MEDEIROS, A. L.; SOUSA, L. B.; ANDRE, C. M. G. Desenvolvimento Municipal das Microrregiões do Estado do Tocantins: uma análise a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM. *Desenvolvimento em Questão*, v. 16, p. 44-62, 2018.

MORAIS, J. M. L.; MACEDO, F. C. Apontamentos sobre a rede urbana do Ceará: níveis de centralidade, interações espaciais e dinâmica econômica. Informe GEPEC, v. 18, n. 1, p. 43-60, 2014.

OLIVEIRA, A. B.; SANTOS, K. C.; PEREIRA, A. M. Os novos usos do território pelo agronegócio florestal na microrregião de Imperatriz, Maranhão. *Revista Contexto Geográfico*, v. 5, p. 39-53, 2020.

OLIVEIRA, T. J. A. O Estado e o dinamismo econômico do Centro Norte Brasileiro. *Ciências Sociais Aplicadas em Revista*, v. 17, n. 33, p. 65–84, 2017.

OLIVEIRA, T. J. A.; RODRIGUES, W. Vulnerabilidade e o desenvolvimento das regiões do agronegócio no Brasil (2007/2017). Informe GEPEC, v. 24, n. 2, p. 232-248, 2020.

PREFEITURA DE RIO MARIA. História, 2020. Página inicial. Disponível em: <<https://www.riomaria.pa.gov.br/o-municipio/historia/>>. Acesso em 26 de dez. de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS. Diagnóstico Socioeconômico do Município de Canaã dos Carajás. Canaã dos Carajás, p. 119, 2016.

OLIVEIRA, N. M.; STRASSBURG, U. Notas sobre a desigualdade social no Bico do Papagaio - Tocantins. Revista Desafios, v. 1, n. 1, p. 130-148, 2014.

OLIVEIRAA, A. B.; PEREIRA, J. M.; NASCIMENTO, A. A. Cadeia produtiva de papel e celulose e transformações recentes no Sudoeste Maranhense. InterEspaço: Revista De Geografia E Interdisciplinaridade, v. 4, n. 12, p. 135–154, 2018.

RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J.; OSTAPECHEN, L.A.P. Crescimento Econômico Regional no Sul do Brasil. Revista de Economia e Agronegócio, vol. 15, p. 224-249, 2017.

RIBEIRO, L. A. ; FERRERA DE LIMA, J. Centralidade e disparidades socioeconômicas na região do Matopiba no Brasil. Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos (Baru), v. 8, p. 1-15, 2022.

RODRIGUES, D. E.; FERREIRA, I. M. Campo e cidade: uma análise do município de Davinópolis

ROCHA NETO, J.; BORGES, D. F. Políticas públicas coordenadas e presidencialismo de coalizão: o caso do PROMESO. Cadernos EBAPE, v. 14, n. spe, p. 440-472, 2016.

SANTOS, L. L. dos. Territorialidades transfronteiriças de poder do Bico do Papagaio: Pará, Tocantins e Maranhão, na temporalidade de 1970 a 2016. 2019. 170 f. Tese Doutorado em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir), Porto Velho, 2019.

SEBRAE. Santa Catarina em Números: Florianópolis/Sebrae/SC. Florianópolis: Sebrae/SC, 2010. 117p.

SILVA, A. C.; FERRERA DE LIMA, J. O Conceito de ruptura estrutural no desenvolvimento econômico regional. Pensamento Plural, n. 15, p. 133–149, 2014.

SILVA, J. S. da; FERRERA DE LIMA, Jandir. O desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Mesorregião Diferenciada de Águas Emendadas. Interação - Revista de Ensino - Pesquisa - Extensão, vol. 23, nº 01, p. 61-77, 2021.

STRASSBURG, U.; FERRERA DE LIMA, J.; OLIVEIRA, N. M. A centralidade e o multiplicador do emprego: um estudo sobre a Região Metropolitana de Curitiba. Revista Brasileira de Gestão Urbana – URBE, v. 06, n. 02, p. 218-235, 2014. DOI: 10.7213/urbe.06.002.AC01

TRINDADE, J. R. B. Mineração e políticas de desenvolvimento local para o município de Parauapebas no Pará. Recursos minerais & sustentabilidade territorial, 2011.

VALBUENA, L. G. B. Aproximaciones microeconómicas en la Teoría de los Lugares Centrales de Christaller. Ensayos sobre Política Económica, v. 31, n. 70, p. 67-120, 2013.

WILLERS, E. M. Estratégia de desenvolvimento econômico: do regional ao local. In: PIACENTI, C.; FERRERA DE LIMA, J.; EBERHARDT, P. H. Economia & Desenvolvimento Regional. Foz do Iguaçu: Editora Parque Itaipu, 2016. <https://www.ndrunioeste.com.br>